

**A RELAÇÃO ENTRE  
PROFESSORES DA SALA DE  
ATENDIMENTO  
EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO E DO  
ENSINO REGULAR PARA A  
APRENDIZAGEM DE ALUNO  
COM DEFICIÊNCIA  
INTELECTUAL**

**THE RELATIONSHIP BETWEEN TEACHERS IN THE SPECIAL EDUCATION  
CLASSROOM AND REGULAR EDUCATION TEACHERS FOR THE LEARNING  
OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES**

Ciências Humanas • 21/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/776692928](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776692928)

---

Maria Helena Lucena Santos

Thainá Lucena Leite

---

## **RESUMO**

Esta pesquisa, cujo tema “A Relação Entre Professores da Sala de Atendimento Educacional Especializado e do Ensino Regular Para a Aprendizagem de Aluno com Deficiência Intelectual”, tem o objetivo de reconhecer metodologias de ensino para o acesso a inclusão e enriquecimento curricular, para alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado, contribuindo para a relação entre professor de sala multifuncional X professor sala regular. Foi realizado o método de revisão bibliográfica, sendo estudado diversos artigos científicos retirados de sites de estudos, livros, e demais recursos de autores que contribuem para este elo entre os profissionais. Também foi usado a metodologia de campo ao observar a necessidade de uma ligação mais ‘precisa’ entre os profissionais das salas regulares X o da sala multifuncional da escola que atuo como professora de sala regular, no município de Goianésia do Pará – PA. Obteve-se um resultado com muito êxito, pois esta intervenção proporcionou uma dinâmica de aprendizagem norteadora, que contribuiu com eficácia para melhor desenvolvimento de alunos com déficit intelectual. Concluindo, que além de contribuir com ensino aprendizagem deste público, aprendi a compreender um pouco a necessidade de cada discente que possui esta dificuldade.

**Palavras-chave:** Aprendizado; Professor de AEE; Professor Regular; Sala Multifuncional.

## **ABSTRACT**

This research, whose theme "The Relationship Between Teachers of the Specialized Educational Service Room and Regular Education for the Learning of Students with Intellectual Disabilities", aims to recognize teaching methodologies for access to inclusion and curricular enrichment, for students who they need Specialized

Educational Assistance, contributing to the relationship between a multifunctional classroom teacher versus a regular classroom teacher. The bibliographic review method was carried out, being studied several scientific articles taken from study sites, books, and other resources of authors that contribute to this link between professionals. The field methodology was also used when observing the need for a more 'precise' connection between professionals in the regular rooms X the multifunctional room in the school that I work as a regular room teacher, in the municipality of Goianésia do Pará - PA. A very successful result was obtained, as this intervention provided a guiding learning dynamic, which effectively contributed to the better development of students with intellectual disabilities. In conclusion, in addition to contributing to the teaching and learning of this audience, I learned to understand a little the need of each student who has this difficulty.

**Keywords:** Learning; AEE teacher; Regular Professor; Multifunctional room.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho discorre baseados em pesquisas teóricas e experiências desenvolvidas por algumas escolas da rede municipal de ensino da cidade de Goianésia do Pará – PA. Mostra-se uma ação eficaz no compartilhamento de informações e responsabilidades, produção do conhecimento, flexibilizações curriculares e avaliações diferenciadas, além de minimizar os mitos e ideias equivocadas que alguns profissionais da educação possuem sobre o potencial de aprendizagem e produção de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A Educação Especial na perspectiva inclusiva é uma realidade, apesar dos entraves que ainda existem. O movimento de luta em favor das pessoas com deficiência foi se intensificando no decorrer dos anos. Conferências, congressos, simpósios e seminários discutiam a importância de que todos tivessem acesso à educação. O mundo todo começou a adotar medidas a esse favor e o Brasil seguindo essa tendência, criou leis, decretos e documentos estabelecendo os princípios para o desenvolvimento da política da educação inclusiva.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008). Fica perceptível que o principal objetivo desse serviço de apoio é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade com foco na eliminação das barreiras para a plena participação dos estudantes com deficiência, em prol da autonomia e independência na escola e fora dela.

Esta pesquisa tem como objetivo geral de reconhecer metodologias de ensino para o acesso a inclusão e enriquecimento curricular, para alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado. Contribuindo para a relação entre professor de sala multifuncional X professor sala regular; analisando o nível e a forma de articulação entre os professores envolvidos na aprendizagem do aluno deficiente e compreendendo os aspectos metodológicos do professor da sala multifuncional, para aprimorar o conhecimento do aluno deficiente.

Na elaboração deste trabalho surgiram vários questionamentos norteadores que ajudaram a compreender a parceria da aprendizagem para estes alunos. É possível estabelecer articulação entre os professores de sala multifuncional e do ensino regular? Quais ações emergem desse processo? Com estes questionamentos, cria-se o ensejo de estudar e aprimorar o conhecimento para analisar estratégias que possam contribuir para a aprendizagem dos alunos que necessitam do Atendimento Educacional Especializado.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa. Por sua vez ser aprofundados em artigos publicados em sites de internet, livros, e demais recursos de autores que contribuem para esta relação. Assim, comparando aos trabalhos realizados na escola, a qual atuo como docente de sala regular.

Porém, obteve-se bom resultado, tendo resultados inspirador que contribuem para o ensino aprendido do aluno com deficiência intelectual.

## **2. A RELAÇÃO ENTRE PROFESSORES DA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E DO ENSINO REGULAR PARA A APRENDIZAGEM DE ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

### **2.1. O Papel do Professor de Sala de Atendimento Educacional**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 estabelece a educação especial como modalidade de educação escolar, assegura as crianças com NEE, serviços de apoio especializados e pedagógicos, em que inclui o trabalho do professor de educação especial. Essa posição é reiterada pela Resolução CNE/CEB nº2 de 2001 em que estão previstos “professores de ensino

regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns e professores com especialização adequada [...] para o atendimento especializado”.

Ao se tratar de educador de salas de multifuncionais, sabe-se que seu fundamental papel é ser facilitador no processo pedagógico do aluno deficiente incluso em uma instituição de ensino regular. Suas funções são: observar a realidade do aluno, identificar problemas e criar possibilidades adequadas para a superação das barreiras que o impedem de se desenvolver plenamente na escola e fora dela; articular parcerias com outros profissionais de áreas afins; elaborar seu plano de ação, propondo serviços e recursos de acessibilidade ao conhecimento; orientar professores do ensino regular e familiares destes alunos que possuem atendimentos, na utilização de novos materiais e recursos que o auxiliem em seu desenvolvimento.

O professor também deve conhecer as diferenças de aprendizagem de cada criança, compreendendo que cada uma possui uma maneira diferente de captar o que lhe é ensinado, por isso, tem a incumbência de organizar seu trabalho e programação didática. Do ponto de vista de Fonseca (2001), os conteúdos são importantes, mas aprender a aprender é fundamental, porque alguns conteúdos podem perder atualidade, enquanto as estratégias e os processos de aprendizagem se mantêm, podem ser modificados e desenvolvidos.

É missão do Professor de AEE, promover e garantir atividades que contribuam para a aprendizagem de conceitos, situações vivenciais que possibilitem ao aluno com deficiência intelectual a compreender e organizar o seu pensamento, considerando as suas especificidades cognitivas, a sua autonomia intelectual, VYGOTSKY (1995) afirma que o desenvolvimento e a aprendizagem estão inter-

relacionados. O aluno com deficiência deve ser compreendido numa perspectiva qualitativa e não como uma variação quantitativa da criança sem deficiência. As relações sociais estabelecidas deverão necessariamente considerá-la como uma pessoa ativa, interativa e capaz de aprender, VYGOTSKY. (1986).

De acordo com Oliveira, Gotti e Dutra (2006) a concepção de escola inclusiva se fundamenta no reconhecimento das diferenças e na aprendizagem focada nas potencialidades dos estudantes, ao invés da imposição de rituais pedagógicos pré-estabelecidos que acabem por legitimar as desigualdades e diferenças individuais e sociais, negando a diversidade. Nota-se que os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais têm assegurado na Constituição Federal de 1988, o direito à escolarização realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, que deve ser realizado preferencialmente em salas de recursos na escola onde estejam matriculados (OLIVEIRA, GOTTI e DUTRA, 2006).

Vale ressaltar que o Atendimento Educacional Especializado, não tem a função de ministrar aulas de reforço, também não substitui o trabalho de sala regular. A atribuição do profissional da Sala de Recursos é trabalhar a necessidade específica do aluno diagnosticado com transtorno de aprendizagem. Assim, promovendo métodos e recursos necessários no contexto pedagógico que facilita a aprendizagem. Assim, realizando atividades que estimulem a atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros. Também é necessário propiciar a interação dos alunos em ambientes sociais, valorizando as diferenças e a não discriminação.

Com isso, é de extrema importância um planejamento flexível que se adapte de acordo com a necessidade e capacidade de cada um, o professor deve atuar como mediador e facilitador na organização dos alunos, de forma que possibilite uma melhor interação, mesmo com a dificuldade apresenta, é importante traçar meios que contempla o déficit deste aluno.

A atividade de planejar é uma ação defendida por muitos como exclusivamente humana, ideia essa primordialmente defendida por Marx (1980, p. 202):

*Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.*  
(MARX, 1980, p.202)

Fica perceptível que é essencial o planejamento, pois é um ato humano e, quando se trata de o ser humano viver em sociedade, deve sempre fazer um planejamento coletivo. Isto é, o ato de planejar tende a constituir projetos tirando-os do imaginário, e

constituindo em prática com flexibilidade. Assim, além da arte de planejar, o ser humano está dotado da arte de replanejar, refazer, recomeçar.

No entanto, espera-se que o professor da educação especial seja capaz de estabelecer um ambiente de segurança entre seus pares que atuam nas classes comuns favorecendo um elo de ligação, considerando a essência do planejamento coletivo, sem que se crie, ao mesmo tempo, uma expectativa de que haja um conjunto de orientações, atividades e ações previamente determinadas que venham a funcionar como um manual.

Outrora, uma parceria seja traçada com os demais professores de forma que construam uma cultura cooperativa em que compartilhem suas necessidades e encontrem as possíveis soluções, na perspectiva da construção da resposta adequada a cada situação específica. Compreendendo que o sucesso do aprendizado depende da coletividade dos profissionais do estabelecimento de ensino. Não há como oferecer um caminho pronto, mas compartilhar diferentes formas de caminhar. Pois atualmente, além do professor trabalhar a aprendizagem do aluno que possui uma deficiência intelectual, ainda tem a árdua missão de fazer com que a comunidade entenda que a inclusão escolar deve acontecer, especialmente aos alunos que tem deficiência. Assim, buscando sempre melhorar o acesso e a permanência destes alunos na escola.

## **2.2. A Parceria Entre Professor de Atendimento Educacional Especializado e Professor de Ensino Regular**

O professor de classe comum deve atuar como facilitador no processo de inclusão, e para tanto, precisa conhecer os elementos

necessários para atuação com seu aluno que possui uma deficiência, a fim de identificar as suas especificidades e seu potencial de desenvolvimento, para, então, poder desenvolver atividades mais eficazes, contribuindo para que esse aluno atinja um nível mais elevado de desenvolvimento e se beneficie do processo de inclusão.

O Decreto nº 6.571 destaca a escola como um ambiente, cuja função primária é a de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, com vista à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008).

A sala de recursos multifuncional para atender e favorecer alunos com Necessidades Educacionais Especiais está regulamentada pelo Parecer CNE/CEB n. 17/2001, que prevê:

*“(...) Todos os alunos, em determinado momento de sua vida escolar podem apresentar necessidades educacionais especiais, e seus professores em geral conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem, da escola, uma série de recursos e apoio de caráter mais especializado que proporcionem ao aluno meio para o acesso ao currículo”. (CNE/CEB n.17/2001)*

Com isso, o profissional de Recursos Multifuncional, deve proporcionar que este espaço seja coletivo, de diálogo, de aprendizagem e trocas de conhecimentos, sempre proporcionando

métodos educativos aos alunos considerados que possuem as necessidades educativas, isto é, em parceria com o professor titular da sala regular, possibilitar formas construtivas que contemple as necessidades destes alunos, isto é, fazendo um trabalho cooperativo.

Sabendo que o foco principal desta parceria é o êxito do aprendizado do discente. Assim como destaca Oliveira, Gotti e Dutra (2006) o atendimento educacional especializado realizado em sala de recursos deve priorizar o desenvolvimento dos processos mentais, oportunizando atividades que permitam a descoberta, inventividade e criatividade.

As estratégias pedagógicas são intrínsecas ao trabalho docente, que "[...] é uma atividade intencional, planejada conscientemente, visando atingir objetivos de aprendizagem" (LIBÂNEO 1994, p.96). Deste modo, o ambiente pedagógico deve ser um espaço de fascinação, inventividade e prazer porque a aprendizagem é, antes de tudo, um processo corporal (ASSMANN, 2007).

Com isso, a relação do currículo entre ambas as salas é assegurada através de flexibilização do currículo, recursos e metodologias, onde o professor responsável pela Sala de Atendimento Educacional Especial – AEE, tem a responsabilidade e habilidade de elaborar suportes e estratégias que propiciem ao aluno superar sua dificuldade em assimilar, acompanhar e se desenvolver no currículo escolar, estendendo essas adaptações para a sala comum. Pois, esta parceria tem que existir, que apenas o profissional de AEE, jamais conseguirá atingir todos os objetivos sozinho, sendo que o aluno fica mais tempo em Sala Regular.

Esta interação deve ser colaborativa, realizando um trabalho conjunto para que os objetivos específicos de ensino sejam alcançados, é de fundamental importância que seus trabalhos interdisciplinares sejam sempre compartilhados para que esta ligação de colaboração possa existir. Compreendendo que cada professor tem a suas finalidades, mas, devem está em constante comunicação para propiciar métodos para atender este aluno. Ao professor da sala de aula comum é atribuído o ensino das áreas do conhecimento, e ao professor do atendimento educacional especializado - AEE cabe complementar/suplementar a formação do aluno com conhecimentos e recursos específicos que eliminam as barreiras as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino comum (BRASIL, 2009).

Segundo a pesquisadora Vera Capellini, aprendizagem cooperativa é aquela que ocorre quando há interação entre aprendizes. Isto é, quando acontece a parceria entre os dois professores, ou demais colaboradores educacionais. Isso pode acontecer por meio de “tutoria entre pares, trabalho em equipe, pequeno grupo cooperativo, agrupamento por projetos etc.”. E o ensino colaborativo se apresenta como uma alternativa de trabalho conjunto entre o professor da classe comum e o especializado visando à complementação, não a sobreposição de conhecimentos, sempre com o objetivo de desenvolver melhores meios para o desenvolvimento da aprendizagem. Ambos trabalham juntos na classe comum desde o planejamento até a avaliação de todos os alunos, integrando, assim, seus saberes e experiências.

Para Enicéia Gonçalves Mendes:

*O ensino colaborativo ou co-ensino envolve um par de professores (um da educação regular e o outro da educação especial) atuando em equipe e assumindo diferentes tipos de arranjos [...] os quais podem ocorrer durante períodos fixos de tempo, em determinados momentos, ou mesmo em certos dias da semana. No ensino colaborativo, dois ou mais professores compartilham a responsabilidade de planejar, de implementar o ensino e da disciplina da sala de aula, podendo ocupar a mesma sala de aula. (MENDES, 2006)*

Fica perceptível que esta parceria tem que ser indispensável, pois em vista, cada um dará sua opinião e articular o que é melhor para a aprendizagem, lembrando que é importante a formação continuada destes profissionais.

É sabido que um dos pilares para a construção da inclusão escolar é uma política de formação dos educadores, de acordo com o Projeto de Lei 5.395/09, que prevê que professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental devem ser licenciados em Pedagogia. O trabalho pedagógico do professor da classe comum deve ser qualificado para responder às necessidades diferenciadas de seus alunos e para propor situações de ensino e aprendizagem satisfatórios para todos (MENDES, 2006).

Para Marquezine, 2006:

*A preparação dos docentes frente ao processo de inclusão educacional deve levar em conta o desenvolvimento de toda uma prática pedagógica reflexiva que, além da oportunidade de avaliação constante, possibilite também pensar na formação continuada dos profissionais do setor educacional para favorecer a efetivação da proposta inclusiva. (MARQUEZINE, 2006)*

Porém é importante relatar que os profissionais da educação devem estar em constante formação, para aprimorar seus conhecimentos e sempre estar atualizado em novas metodologias pedagógicas, para estimular a aprendizagem. Pois, a escola torna como ambiente transmissor de conhecimento, cultura e cidadania deve estar sempre buscando soluções possíveis para que possa fazer uma inclusão com responsabilidade, respeitando as diferenças e conscientizando a comunidade escolar envolvida nesse processo.

### **2.3. O Ensino de Aluno com Deficiência Intelectual**

Segundo a Associação Americana de Deficiência Mental, a Deficiência Mental pode ser definida como “o estado de redução notável do funcionamento intelectual significativamente inferior à média, associado a limitações pelo menos em dois aspectos do funcionamento adaptativo: comunicação e cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho”.

Entende que, principalmente no sistema municipal de educação, os educadores possuem dificuldades e, ao mesmo tempo, estão interessados em incluir os alunos com deficiência intelectual. Apesar de não receberem cursos de capacitação capazes de lhes dar subsídios para seu trabalho em sala de aula, necessitam de apoio para desenvolver seu trabalho e incluir estes cidadãos.

Mas, para tornar-se necessário primeiramente o professor deve conhecer para identificar as principais características dos alunos com deficiência intelectual. Sabendo que podem apresentar características diferentes, e o educador é responsável para perceber a diferença que o aluno tem. Segundo Hilário (s/d, p. 23), existem quatro áreas distintas em que os indivíduos com deficiência intelectual podem se enquadrar, entre elas estão: área motora, área cognitiva, área de comunicação e área sócio educacional.

Para definir a aprendizagem do deficiente intelectual, foi recorrido a Vygotsky (1989), que aborda em seu estudo o trabalho pedagógico. Ele acreditava que atividade humana transbordava a organização neurológica, era necessária a mediação com o meio para que houvesse aprendizado. Sendo que, para ele, as incapacidades são por demais valorizadas dentro do espaço escolar, em detrimento da oferta de materiais diferenciados para oportunizar a superação das barreiras existente nos sistemas cognitivos dos deficientes intelectuais.

É importante salientar que as limitações das pessoas com deficiência intelectual dependem das oportunidades e necessidades individuais, isto é, suas singularidades de desenvolvimento intelectual são interessantes e não limitações. Deve-se compreender, portanto, que cada indivíduo com deficiência

intelectual tem, como qualquer outro, limitações e competências. Assim, o estímulo por parte de familiares, amigos e professores podem determinar o grau de desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual e, deste modo, as formas de enfrentamento das dificuldades.

Ainda recorrendo a Vygotsky (1997), entende-se que o adulto/professor mediador deverá construir novas situações estratégicas a fim de atender às necessidades especializadas dos seus alunos.

Gomes, (2007), relata algumas das dificuldades do Deficiente Intelectual:

*O aluno com deficiência intelectual apresenta dificuldades em construir o conhecimento e também em mostrar suas capacidades. Essas dificuldades são agravadas quando a escola se apresenta em modelo tradicional de ensino onde o aluno somente recebe informações sem interagir e sem ser estimulado. Essas escolas acabam por enfatizar a deficiência inibindo o desenvolvimento da aprendizagem do educando (GOMES et al. 2007).*

Acredita-se que é a escola é possível criar mecanismos de estímulo cognitivo, social e motor, criando, assim, para qualquer criança, maiores possibilidades de desenvolvimento global. Portanto, a inclusão da criança com deficiência intelectual na escola regular permite amplificar seu universo de aprendizagem e, com isso, criar

possibilidades de inserção social, seja em nível afetivo ou mercadológico. Afinal, “[...] o homem não é uma essência imutável, ele está aberto ao mundo, completa-se nos signos, no outro, na troca com a exterioridade (MOSÉ, 2015, p. 36).

Com isso é indispensável que a escola procure incentivar os pais a se integrarem nesta prática, proporcionando ao seu filho a oportunidade de ajuda necessária para que ele possa desenvolver suas habilidades e tornar-se um ser harmônico e feliz dentro da sua realidade. (FALVEY, 1982).

Faz-se necessário saber que alunos que apresentam deficiência intelectual precisam, ainda mais que aqueles sem deficiência, praticar o que for passado em sala de aula, até que consigam fixar e assimilar o conteúdo apresentado. Compreendendo que a proposta pedagógica desses alunos precisa acompanhar o da turma, de maneira que os assuntos sejam trabalhados de forma mais simples e objetiva, e, se necessário, em um período de tempo maior, respeitando o ritmo do aluno. Os exercícios desenvolvidos não podem ser infantis ou para idade menor do que a do aluno, para não deixar a se sentir inferior, pois este aluno deve ser respeitado.

A mediação do professor é que vai trazer bons resultados, a qualidade dessa mediação, a credibilidade que o professor deposita nas estratégias de aprendizagem e na capacidade de aprendizagem do aluno Deficiente Intelectual, fazendo com que o nível de aprendizagem deste aluno possa crescer gradativamente, estimulando e também acompanhando o ritmo apresentado por ele.

Para Ribeiro, Lima e Santos (2009):

*As adequações devem incluir a redução de número de alunos em sala de aula para que o professor possa trabalhar de modo eficiente atendendo todos os alunos. Alguns professores acreditam ser justa a inclusão e as adaptações para acolher esses estudantes e mesmo entendendo o respaldo dos princípios educativos sobre a inclusão muitos docentes se sentem despreparados para aceitarem esses alunos em suas classes. (RIBEIRO, 2009)*

Sabe-se que o professor que deve se adequar a necessidade do aluno, e não o aluno a dificuldade do professor. Vale lembrar que o professor nunca encontrará uma estratégia como receita pronta para que possa lidar com este aluno, ele deve se preparar de acordo a necessidade que o aluno apresentar, e conforme a sua especialidade. Sendo que neste contexto de aprendizagem o importante é o aluno, se ele está evoluindo e como está a sua extensão de tempo gasto para isso.

É provado que a melhor maneira de se trabalhar com aluno Deficiente Intelectual é a maneira lúdica, sendo uma forma que atrai bastante a atenção dele. Porém, deve-se pensar em que forma lúdica será trabalhado, sendo que deve contemplar ao currículo proposto do restante da turma.

Junior (2010) ressalta sobre o benefício dos jogos estimulando o cognitivo de maneira prazerosa, pois acredita que a criança satisfaz suas necessidades básicas como nos aspectos físicos, social e psíquico. Aponta o uso do computador como uma ferramenta que

auxilia o desenvolvimento do aluno. A atividade no computador permite ao educando utilizar seu corpo e sua mente.

Outro trabalho que tenha uma referência visual marcante (cartazes, murais etc.), com fotos e letras grandes e coloridas, favorecem a aprendizagem de crianças com deficiência intelectual, pois possibilita a visualização imediata, lúdica e chamativa do conhecimento estudado e aprendido, facilitando a compreensão do conteúdo e a memorização.

O professor necessita elaborar atividades e projetos que estejam relacionados com a vida cotidiana dos estudantes, focando em suas habilidades e potencialidades. As atividades propostas necessitam ser detalhadas e explanadas repetidamente e de forma tranquila para maior compreensão e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual.

Habilidades e competências precisam ser desenvolvidas pelo processo ensino aprendizagem. Há competências cognitivas de níveis distintos de ações e operações mentais. Os níveis são básico, operacional e global. (BRASIL, 2006).

As estratégias são várias para se trabalhar com o aluno DI, são jogos, atividades voltadas à realidade do estudante para que se sinta estimulado outro método importante é utilização de computadores. Independente do recurso que se utiliza o que vai concretizar o aprendizado será a abordagem teórica sobre o uso desse equipamento. Há softwares que permitem a interação do aluno com o computador de maneira que este aprenda como os métodos tradicionais. O professor precisa estar atento à esse processo para

que possa analisar como o aluno está procurando as respostas. (FALCONI; SILVA, 2002)

Ribeiro, Lima e Santos (2009) mostram que a escola inclusiva precisa ter um projeto pedagógico o qual toda equipe possa discutir, entender e promover transformações em sua organização e funcionamento tendo por finalidade atender as necessidades dos alunos. Aos professores é necessário que desenvolvam domínio teórico-prático sobre as concepções buscando o aperfeiçoamento de sua prática. “Logo, uma nova abordagem educacional pressupõe pensar o ensino a partir de uma atitude aberta, flexível e, sobretudo, reflexiva em relação à própria prática educacional”. (RIBEIRO; LIMA; SANTOS, 2009, p. 95).

Tudo que o aluno produz ele deve ser avaliado, e ao se tratar de Deficiente Intelectual, o professor jamais poderá adotar a mesma forma de avaliação para todos os alunos. É preciso respeitar os limites que cada um apresenta. Portanto, deve-se ter um olhar minucioso quanto às habilidades e à percepção que os estudantes apresentam, sobretudo aqueles que manifestam alguma deficiência.

As avaliações vão depender do estilo e do ritmo de aprendizagem de cada aluno. A partir da identificação desses fatores é possível saber se será necessário realizar alguma adaptação nessas avaliações. O modelo de avaliação vai depender também do tipo de deficiência do aluno.

Assim, são amparados por lei a terem uma avaliação diferenciada. Também defende Rodrigues, 2019:

*Se o aluno possuir algum déficit cognitivo, incluir seria diminuir o nível de abstração. Isso significa utilizar ilustrações ao invés de texto simplesmente. Ou ainda utilizar objetos concretos. Se queremos que o aluno identifique qual das formas geométricas é um quadrado, ao invés de apenas desenhar na folha, podemos oferecer os objetos concretos que foram utilizados durante as aulas, onde o aluno associou o objeto do quadrado com a palavra “quadrado”. Assim, diminuimos o obstáculo da interpretação e da abstração e focamos apenas no conteúdo que queremos avaliar. (ROGRIGUES, 2019)*

A avaliação inclusiva deve estar atrelada à atenção diversificada, mediante a adaptação do currículo às diferenças características e necessidades educativas de cada educando. Também é importante trazer a participação da família para contribuir, de que forma percebeu o avanço da criança, se foi relevante a aprendizagem.

*A avaliação se dá pela análise nos âmbitos educacional, aluno e família. No âmbito educacional analisa-se a dimensão educacional escolar e a ação pedagógica sobre os aspectos filosóficos de valores e crenças, a estrutura e funcionamento organizacional, professor, sala de aula, recursos de ensino aprendizagem, estratégias metodológicas utilizadas para o ensino do conteúdo e estratégias avaliativas. (BRASIL, 2006).*

É notório que mesmo sendo obrigatoriedade da educação inclusiva, ainda há um entrave muito grande na adequação das escolas para atender este tipo de crianças, com isso causando a evasão escolar.

Para Silva, 2009:

*A desistência do aluno acontece devido a muitas escolas atenderem os alunos de forma limitada, não oferecendo o que ele precisa para seu desenvolvimento. A evasão acontece seja por questões sociais, deficiências ou diferenças sexuais, pois precisam de apoio e atenção como qualquer outro aluno (FARIAS; SANTOS; SILVA, 2009).*

Às vezes, por não haver condições estruturais nos ambientes escolares, os familiares se recusam a matricular seus filhos, e até mesmo por o professor não conseguir adequar o aluno nas aulas.

Em sala de aula o professor deve trabalhar de forma sempre a integrar o aluno com a turma, fazendo com que ele disponha de todo material didático que as demais crianças utilizam. Os trabalhos em grupo também são importantes, pois proporciona ao aluno com DI o companheirismo com os outros alunos e trabalha o respeito às diferenças. (FALCONI; SILVA, 2002).

Porém, os professores que atuam nessa área diferenciada necessitam sempre estar buscando aperfeiçoamento acadêmico através de cursos específicos para tal função. Dessa forma, os ensinamentos passados e a maneira que serão transmitidos vão ajudar ainda mais os alunos com deficiência intelectual.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao realizar esta pesquisa, conclui que a deficiência intelectual por não se mostrar visível em muitos casos, passa despercebida pelos professores ou ainda é vista como preguiça e falta de interesse por parte do aluno. Acredita-se então que uma avaliação inicial seja o primeiro passo para um professor que está conhecendo sua turma.

Ao realizar as pesquisas bibliográficas fez-me reconhecer metodologias de ensino para o acesso a inclusão e enriquecimento curricular, para alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado, assim contribuindo para melhorar a relação entre o Professor de Sala Regular X Professor de Sala Multifuncional, compreendendo os aspectos metodológicos do Profissional de AEE, analisando e adotando ao meu trabalho.

Para compreender melhor esta inter-relação, fiz uma análise textual buscando aparatos e subsídios pedagógicos que ajudasse de forma significativa com intervenções que auxiliaram alunos com

deficiência intelectual e professores no processo de inclusão diante do ensino aprendizado de qualidade respeitando os limites e as diferenças.

Para ensinar bem é preciso conhecer e entender do assunto, assim o aluno com Deficiência Intelectual pode desenvolver suas funções cognitivas aprendendo e se desenvolvendo no seu tempo de aprendizagem.

Considerando que ensinar é a mais humana das artes, nosso “ensinar” precisa estar carregado de carinho e afeto. Alunos que vêm de fracasso contínuos na aprendizagem têm sua autoestima rebaixada, sentem-se incapazes. Assim, se faz necessário trabalhar com entusiasmo e ter a clareza de que é preciso que se sintam capazes de apreender. A aprendizagem precisa ser prazerosa, o aluno precisa vivenciar o sucesso. (SILVA, 2016)

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a Educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

DENARI, F. E. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 35-63;

FALCONI, Eliane Regina Moreno; SILVA, Natalie Aparecida Sturaro. **Estratégias De Trabalho Para Alunos Com Deficiência Intelectual**

**AEE: Atendimento Educacional Especializado AEE.** Disponível em acesso em: 30 jun.2015.

FALVEY, M. A . **Community: Based Curriculum Instructional Strategies for students whit Severe Handicaps.** Baltimore: Paulo Brooks, 1982.

FARIAS, Iara Rosa; SANTOS, Antônio Fernando; SILVA, Érica Bastos (2009), **Reflexões Sobre a Inclusão Linguística no Contexto Escolar, in Díaz et al. (orgs.), Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas.** Salvador, EDUFBA, 39-48.

FONSECA, Vitor da. **Aprender e Reaprender – Educabilidade cognitiva no século XXI.**São Paulo:Editora Salesiana,2001.

GOMES, Adriana L. Limaverde et al. **Atendimento Educacional Especializado.** Brasília/DE Editora Cromos – 2007.

JUNIOR, Wilson Bini. **O Uso de Mídias Tecnológicas Aliadas ao Ensino Para o Desenvolvimento Cognitivo do Aluno com Deficiência Intelectual. Trabalho apresentado à disciplina Metodologia Científica, do curso de Especialização em Mídias na Educação,** Setor de Educação à Distância da Universidade Federal do Paraná.Curitiba, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: . Acesso em: 20 Set. 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

MARQUEZINE, M. C. **Formação de profissionais professores de educação especial - deficiência mental e curso de pós-graduação lato sensu: um estudo de caso.** 2006. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2006.

MARX, Karl. **Propriedade privada e comunismo. In: Manuscritos EconômicoFilosóficos. Lisboa:** Edições 70, 1989.

MENDES, Rodrigues, [Licença Creative Commons BY-NC-ND 2.5](#)  
Atendimento educacional especializado (AEE): pressupostos e desafios, 2018

MENDES, E.G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, Campinas, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

MOSÉ, Viviane. **A escola e os desafios contemporâneos.** 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

OLIVEIRA, Denise Alves; GOTTI, Claudia Maffini, DUTRA, Claudia Pereira. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado.** Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

RIBEIRO, Gillianderson Freitas; LIMA, Tânia de Souza; SANTOS, Marilda Carneiro (2009), **Inclusão Escolar em Feira de Santana: caracterização da prática pedagógica,** in Díaz et al. (orgs.),

**Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas.** Salvador, EDUFBA, 91-98.

SILVA, Claudia Mara da, **Alfabetização e deficiência Intelectual.** Semana Pedagógica, 2016.

VYGOTSKY, L. S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar.** In: VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (Org.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 1978, p. 57.

VYGOTSKY, LEV S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 4<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.